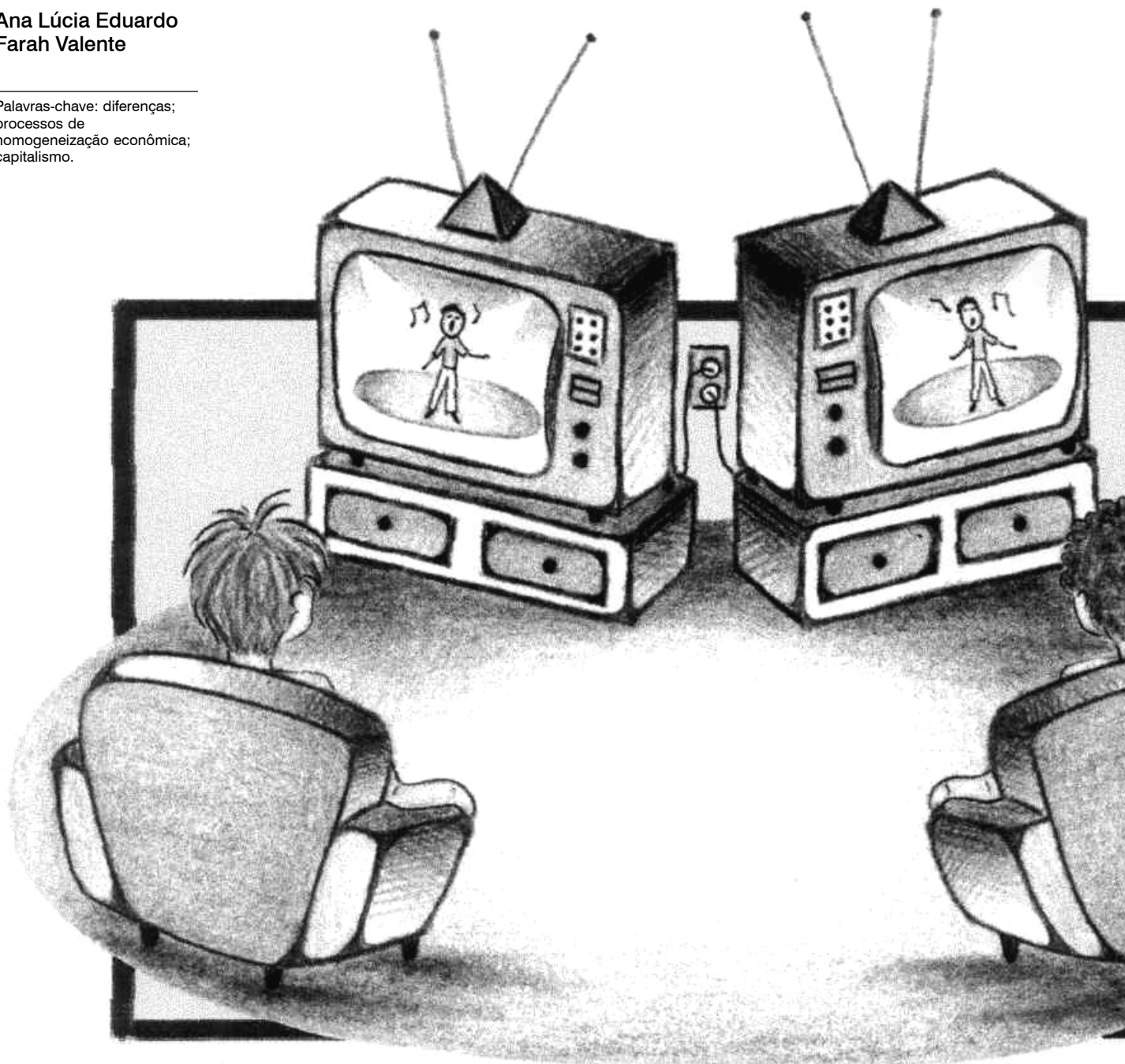


Quando as diferenças são um “problema”?

Ana Lúcia Eduardo
Farah Valente

Palavras-chave: diferenças;
processos de
homogeneização econômica;
capitalismo.



experiência brasileira com o tratamento do tema da diversidade cultural no campo da educação.

Com base nos argumentos de que:

a) a reivindicação do respeito à diferença cultural no Brasil historicamente partiu de grupos sobre os quais se impôs o universalismo europeu, isto é, índios e negros;

b) a luta desses grupos étnicos ganha significado enquanto relação opositora diante de outras singularidades, ou seja, diante de outros grupos étnicos que advogam a hegemonia sobre os demais, com base em interesses políticos e econômicos;

c) a educação estrutura-se para legitimar uma organização sociocultural marcada pela contradição e que, por isso, abre a possibilidade de sua negação; e

d) a diferença cultural é condição e marca necessária da humanidade em sua interação com o meio, mas aparece na história marcada pela desigualdade, levantamos a seguinte questão: não seria pertinente pensar uma proposta educacional que contemplasse o contraditório processo de criação/significação da diversidade cultural para uma educação igualitária ou *para* a cidadania paritária? Uma proposta que tivesse, sobretudo, o compromisso de desvelar os usos sociais dos conhecimentos transmitidos que, como criações humanas, são passíveis de serem transformados?

Como disse, restaria encontrar o termo ou os termos mais apropriados para nomear esse processo, sem cair em redundâncias ou tautologias e sem aderir "às novas manias recém-importadas pelas elites na sua eterna e volúvel trajetória de modernização conservadora no País", procurando, assim, desorganizar "o consenso em torno das idéias hoje hegemônicas" (Haddad, 1998, p. 12). Na verdade, menos do que instaurar uma disputa apenas no campo da linguagem, o maior desafio talvez seja refletir sobre os momentos em que a diferença aparece como um problema e sobre a possibilidade de essa questão ser manipulada pelos grupos hegemônicos. O resgate da historicidade desses momentos parece-nos uma condição fundamental para a elaboração de estratégias mais consistentes, que façam oposição efetiva, num quadro de correlação de forças políticas desiguais. Em outra ocasião, foram traçadas as linhas gerais desses momentos e, considerando o grupo de trabalho Movimentos Sociais e Educação um fórum

Reflete sobre os momentos em que a diferença aparece como um "problema", partindo da tese de que essa questão parece assumir um papel de destaque nas estratégias de resistência, na ocorrência de processos de homogeneização econômica do capitalismo. Da análise de alguns fatos históricos, constata-se que quatro grandes "crises", nas décadas de 30, 50, 70 e 90 do século 20, tornaram visíveis movimentos de reivindicação de diferenças culturais. Sua problematização coincide com a emergência de propostas de integração homogeneizadora, que procuram suprimir ou manter essas diferenças sob controle, de forma a não colocar em risco o seu projeto. A regularidade reconhecida na emergência dessas "crises" afina-se com a formulação de Mandel sobre as "ondas longas", inevitáveis e de caráter cíclico, por derivarem de leis internas do modo de produção capitalista.

Introdução

Ao resenarmos o livro *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos* (Gonçalves, Silva, 1998), questionamos a propriedade do emprego da palavra "multiculturalismo" para designar a

Ilustração: Vanessa Prezoto de Moraes

importante de discussão, do qual também fazem parte os autores do livro resenhado, parece-nos oportuno trazer à baila a reflexão que vimos desenvolvendo, na condição de antropóloga, para que sua pertinência seja criticamente avaliada por estudiosos de outros campos do conhecimento interessados no tema. Certamente, uma interlocução proveitosa poderá aprimorar a análise, explorando aspectos obscuros e encaminhando a questão para perspectivas ainda não contempladas.

Homogeneização global e reivindicação de identidades plurais

Como se sabe, historicamente, o problema central da Antropologia tem sido, de um lado, o de pensar a humanidade como uma coisa só, formada por seres que compartilham uma mesma e única natureza e, de outro, compreender e definir essa natureza humana em relação à diversidade sociocultural produzida como sua marca distintiva e necessária. Por isso, o movimento de homogeneização implicado na globalização, e que tem promovido, como reação, contramovimento, o surgimento de identidades plurais, levanta indagações e nos permite aventar a tese de uma relação intrínseca entre esses dois movimentos, a princípio, paradoxais.

Numa perspectiva mais abrangente, sabe-se que o processo de globalização é um fenômeno conhecido, que representa o acirramento das contradições próprias do capitalismo em sua fase monopólica. No momento, ainda é difícil prever o desdobramento desse processo que, no entanto, para ser compreendido, deve ser analisado historicamente, com os olhos voltados para o passado. Entretanto, o presente que começa a moldar as previsões futuras traz também aos nossos olhos elementos e fatos novos, para novas reflexões. Admitindo-se a existência de processos globais que transcendem os grupos, as classes sociais e as nações, ou seja, os processos definidos pela forma de organização social, sabemos que atualmente o capitalismo se articula diferentemente. A constituição de blocos econômicos é expressão concreta dessa nova articulação.

Alguns estudiosos têm procurado chamar a atenção para o fato de que o processo de constituição de blocos econômicos é informado pela racionalidade instrumental, ou seja, por uma racionalidade econômica que exclui a hipótese do irracional – as paixões, os afetos, o imaginário –, como motor da ação, no momento em que isso se manifesta em escala planetária. Enquanto um processo de integração, engendra a exclusão, uma vez que as normas e os valores que são fixados com vistas à integração encontrarão sempre aqueles que não os partilham. É essa racionalidade instrumental, que nega a existência da alteridade e que presidiu o funcionamento da sociedade ocidental, que deve ser examinada lucidamente como condição para a análise da construção de "comunidades regionais". Quando se trata de enfrentar os verdadeiros problemas de cada país, como o desemprego, as habitações insalubres e os baixos níveis educacionais da população, o verniz do grupo coeso é quebrado, e cada um passa a temer as iniciativas do vizinho, tentando se prevenir. Um modo de reação à racionalidade instrumental tem sido os movimentos de reivindicação de identidades étnicas, que colocam em cena "o narcisismo das pequenas diferenças", gerando exclusão e xenofobia. Esses movimentos exprimem uma vontade de manter um estado de coisas passado, diante do avanço da uniformização e, paradoxalmente, coexistem com a racionalidade instrumental.

Partindo dessa premissa geral de análise da atualidade, nossa tese é que, na ocorrência de processos de homogeneização econômica, a questão da diferença cultural parece assumir papel de destaque nas estratégias da resistência, mesmo que o capitalismo esteja assentado em diferenças que promovem o acesso desigual à riqueza material e espiritual entre as classes sociais. Não que essa questão deixe de ser informada por diferenças de classe, mas a diferença cultural *aparece* como tendo autonomia e capacidade explicativa própria.

Em razão das contradições, que são inerentes a esse modo de produção, é a partir de sua plena instauração no mundo ocidental que as "crises" passam a ser recorrentes.¹ Essa posição foi hegemonicamente alcançada pelo capitalismo por ocasião das duas grandes guerras mundiais, no início do século 20. A Primeira Guerra Mundial originou-se do desequilíbrio europeu instaurado pela iniciativa colonialista do século 19, com a partilha da África em colônias e da Ásia em zonas

¹ Em razão dos limites de espaço e dos propósitos deste trabalho, não serão discutidos em detalhes os fatos históricos que se seguem.

de influência. Com a Revolução Soviética de 1917, acredita-se que essa guerra foi abreviada. A Segunda Guerra Mundial foi desencadeada pela Alemanha, conduzida pela política expansionista de Hitler, reacendendo as divergências entre os adversários da guerra anterior. Essas divergências foram agudizadas pela crise de superprodução de 1929 que atingiu os Estados Unidos da América (EUA) e se refletiu mundialmente nos demais países. Para superar os problemas da superprodução, paralisou-se o processo produtivo, e muitos trabalhadores foram despedidos, diminuindo ainda mais o consumo. A intervenção estatal foi necessária para reordenar a política econômica americana que, reabilitada, pôde desempenhar um papel fundamental no conflito bélico.

No período entre as guerras (1919-1938), as contradições do capitalismo promoveram crises que conduziram os trabalhadores a se organizar contra os interesses da burguesia. Os movimentos trabalhistas percorreram um gradiente diversificado de reivindicações que iam desde a exigência por melhores salários até as propostas revolucionárias de transformação das relações sociais. Por seu turno, a radicalização dos trabalhadores diante da péssima situação em que viviam promoveu a organização da burguesia industrial e financeira, que pretendia manter seus interesses. Os movimentos nazifascistas desse período vão justamente exprimir essa reação da classe dominante. Empregando agressivamente em seu discurso idéias nacionalistas, esses movimentos manipularam os anseios populares de segurança no emprego, de controle inflacionário e de fim do empobrecimento crescente, em direção a um adversário "racial".

Especialmente na Alemanha, as massas populares receptivas aos apelos autoritários passaram a atribuir a responsabilidade pelas dificuldades econômicas que estavam enfrentando aos judeus e a todos aqueles que em razão de diferentes características culturais, como religião, e fenotípicas, como cor, não se enquadrassem na ideologia de "pureza da raça" ou "da raça ariana". A perseguição sofrida pelos judeus, a pretexto dessa ideologia, na verdade, encobria o fato de formarem um grupo econômico poderoso, controlador do bloco dominante, que passou a contrariar os interesses da burguesia monopolista emergente, controladora do capital industrial associado ao capital financeiro (Laclau, 1978).

Não levando em conta o processo histórico que promovia a degradação de suas condições de vida, essas massas passaram a atribuir aos judeus e a todos aqueles que, em razão de diferentes características, não se enquadravam na ideologia nazista a responsabilidade pelas dificuldades econômicas que estavam enfrentando. Nesse ideário importava eliminar a diferença, suprimindo a presença física dos portadores de signos diferenciais. Nesse deslocamento ideológico, que mobilizou as massas contra um sujeito racial, foi eliminada a possibilidade da luta de classes, desconectando o movimento nazista de qualquer perspectiva socialista.

Como resultado da Segunda Guerra, os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) emergiram como grandes potências que tentavam delimitar suas áreas de influência. No pós-guerra, com a Guerra Fria mobilizando as duas potências e a reconstrução européia, o avanço industrial no mundo foi imenso. No chamado mundo ocidental, aliado dos americanos, os governos dos países assumiram o controle da economia, procurando garantir a segurança e o bem-estar da maioria da população. O crescimento da indústria americana e européia foi acompanhado por um importante progresso da técnica. Com o desenvolvimento da tecnologia, dentre outras inovações, os meios de comunicação, especialmente a televisão, passaram a difundir informações para todos os cantos do mundo. A massa de telespectadores culturalmente diversa, para a qual esse meio de comunicação se dirige, começou a ter os seus usos e costumes homogeneizados. O grande desenvolvimento industrial, que permitiu a padronização das ofertas difundidas pelos meios de comunicação e a ampliação do mercado consumidor, promoveu, nesse processo de homogeneização, os contornos de uma cultura de massas.

Contudo, uma segunda "crise" é instaurada pelo processo de transformação e modernização da indústria na década de 50. Conforme analisa Costa (1993, p. 21), com a retomada do desenvolvimento ocorreu um poder maior para a classe trabalhadora, em razão da oferta de empregos, bem como foram alteradas as relações entre as gerações. Segundo a autora, "os trabalhadores jovens passaram a gastar muito mais dinheiro do que em anos anteriores, o que tornou possível a criação de

um mercado de consumo para adolescentes e jovens", permitindo a criação de um mercado de consumo destinado a essa clientela. Passados os primeiros anos de euforia, contraditoriamente, os setores mais frágeis da classe operária passaram a conviver com os riscos do desemprego, e as camadas médias viram inviabilizados os seus projetos de ascensão ou de manutenção do *status* social. No processo de resistência à marginalização, a diferença tornou-se bandeira de luta dos movimentos da contracultura, que reagiram ao processo de elaboração de uma cultura de massas homogeneizada pela indústria.

Na década de 60, na Europa e nos EUA, surgiram o movimento *hippie*, a mais popular manifestação contra a cultura de massa, e os *skinheads*. Esses movimentos de "contracultura"² diferenciavam-se do ponto de vista de sua composição social e nas formas escolhidas para exprimir sua insatisfação, mas ambos procuravam diferenciar-se da homogeneização imposta pela cultura de massas, ora recusando o consumo, ora através da revolta e da dissidência social e política. Os jovens que aderiram ao movimento hippie, vinculados à classe média, não tinham grandes perspectivas de incorporação ao mercado de trabalho, em vias de saturação. Reagindo ao clima de medo reinante durante a Guerra Fria, por estarem expostos aos riscos de convocação para o combate em guerras eventuais, como ocorreu no Vietnã, reclamavam pela paz no mundo, defendendo propostas pacifistas de reforma interior, para promover a transformação da sociedade. Os *skinheads*, grupos de jovens oriundos da classe operária inglesa, também procuravam diferenciar-se, buscando reforçar a identidade do grupo mediante a adoção de valores idealizados e de condutas violentas e estereotipadas do próprio grupo.

Também o movimento feminista organizado ressurgiu com vigor redobrado nessa época. Desde a Revolução Francesa e atravessando o século 19, as mulheres vinham denunciando a sujeição em que eram mantidas, nas várias instâncias sociais, especialmente as difíceis condições de trabalho impostas a elas. Esses movimentos foram sistematicamente reprimidos e combatidos ao longo do tempo, ganhando, no século 20, uma dimensão que transcendia a luta pelos direitos civis. Nesse momento, buscou-se descrever a

opressão da cultura masculina, revelando os mecanismos sociais e psicológicos da marginalização feminina, bem como elaborar estratégias de liberação integral das mulheres, inclusive de seus corpos e desejos.

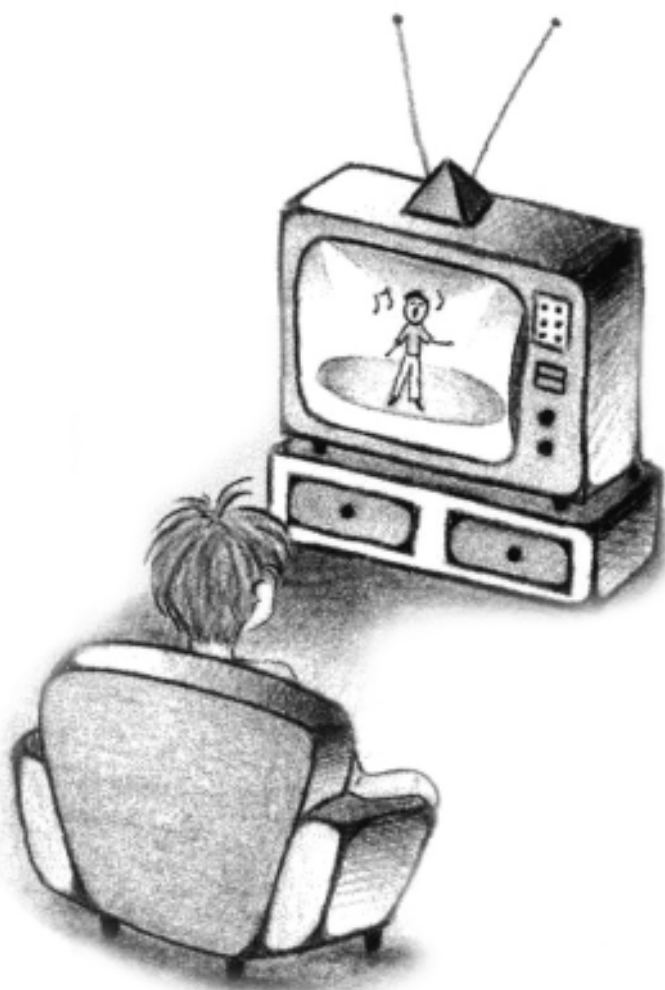
Além dessas organizações, como que anunciando o prenúncio da "crise dos anos 70", em 1968 eclodiu um movimento estudantil em Paris e nas mais importantes cidades do mundo. Alimentado pelo ideário dos movimentos de contestação ao "sistema", passou a pressionar os governos para a democratização das oportunidades educacionais, escapando ao controle e à manipulação dos tradicionais partidos e organizações de esquerda.

Na década de 70, agudizaram-se as contradições processadas na "crise" anterior. Em 1974, uma crise de alcance mundial foi instaurada quando os países árabes fornecedores de petróleo passaram a adotar uma política de preços altos. Os efeitos da "crise" foram generalizados mundialmente e resultaram na quebra da economia internacional. Incentivos suplementares foram dados à pesquisa científica, para serem aplicados na indústria, em busca de alternativas que substituíssem, como combustível, o petróleo e seus derivados. O avanço técnico decorrente, mais uma vez, teve consequências marcantes nas relações de produção. A capacidade produtiva das indústrias foi ainda mais potencializada, e o processo de liberação de trabalhadores foi ainda mais agudizado, crescendo os riscos de marginalização e exclusão social. A partir desse momento, os países europeus, que desde o pós-guerra vinham construindo a União Européia – experiência mais antiga de bloco econômico, idealizada em razão da perda da hegemonia –, passaram a fazer várias restrições à presença dos imigrantes.³

Não se fizeram tardar os problemas decorrentes dessa situação. Dentre eles, o mais temido: o desemprego. Sem garantias de trabalho, não era mais possível manter as políticas de migração que caracterizaram os momentos de crescimento econômico. Obstáculos cada vez maiores foram definidos para impedir a vinda e a permanência de populações estrangeiras nos países onde, até então, eram bem-vindas. Afinal, o emprego passava a não ser mais garantido nem para a população nativa. Despojados da certeza de sobrevivência como trabalhadores e, muitas vezes, sem

² Embora os movimentos de reação tenham tido um caráter contestatório, nascendo e se formando no interior da cultura de massas, contraditoriamente, passaram a funcionar segundo as leis do mercado. Graças ao poder de difusão da mídia, o estilo alternativo que propunham passou também a ser difundido em larga escala.

³ Em que pese os limites impostos aos processos de imigração, estima-se que, no início de 1970, cerca de 7,5 milhões haviam migrado para os países desenvolvidos da Europa. Essa questão, politicamente delicada, passou a ser motivo de especial preocupação desses países a partir de 1974.



terem a compreensão adequada do que estava ocorrendo, canalizaram o sentimento de insegurança e a instabilidade para aqueles que estavam mais próximos e que também portavam marcas diferenciais. No entendimento dessas pessoas, eram "os outros", "os estrangeiros", os verdadeiros responsáveis pela condição caótica a que suas vidas e as de suas famílias foram submetidas.

Um clima de tensão entre "nacionais" e "estrangeiros" espalhou-se com rapidez. Logo, ações de flagrante xenofobia se fizeram notar. Sob formas virulentas ou revestidas de sutileza, ensaiava-se agudizar a já conhecida marginalização dos imigrantes, rumo à exclusão total. Aqueles que antes eram admitidos como mão-de-obra boa e barata, para realizar trabalhos de baixo prestígio social, passavam a ter negada sua condição de cidadãos. A partir desse momento, evidencia-se a profusão de regulamentos que buscaram impedir a chegada de outros imigrantes e a elaboração de dispositivos destinados a encorajar

o retorno dos imigrantes aos seus países de origem (Valente, 1998). Essas medidas, contudo, tiveram pouco sucesso, e os países europeus, finalmente, começaram a compreender que a imigração é um fenômeno durável e irreversível.

Porém, o contexto de crise econômica hostil aos imigrantes passou a operar em detrimento das populações estrangeiras recém-chegadas do chamado "Terceiro Mundo", tornando a distinção entre imigrantes comunitários e extracomunitários cada vez mais importante, já que a regulamentação da UE beneficia os primeiros.⁴ Este é o caso dos fluxos de origem africana, que caracterizariam a migração dos anos 90, retomando a importância da clandestinidade e da camuflagem do asilo político (Bastienier, Dasseto, 1993). Além disso, milhares de migrantes dos países do Leste afluíram aos países do Ocidente Europeu, surpreendidos com as drásticas mudanças econômicas que os atingiram. Com o fim da Guerra Fria a queda do muro de Berlim e o colapso da ex-URSS, dividida em vários Estados independentes, fragmentou-se também seu poder político e econômico. O retorno à economia de mercado capitalista dos países antes habituados às regras socialistas promoveu o empobrecimento de amplas parcelas da população. Nos EUA, os distúrbios que começaram em Los Angeles e se espalharam por outras cidades, em maio de 1992, atestaram a persistência do racismo entre os norte-americanos e reforçaram a avaliação de que as manifestações eram resultado da frustração dos negros por não terem a oportunidade de dividir o "sonho americano" com o resto do país. Desse modo, aceitar as diferenças e se enriquecer com elas permanece sendo um problema que ninguém sabe resolver na hora atual, porque supõe o reconhecimento da alteridade que, justamente, é colocado em questão.

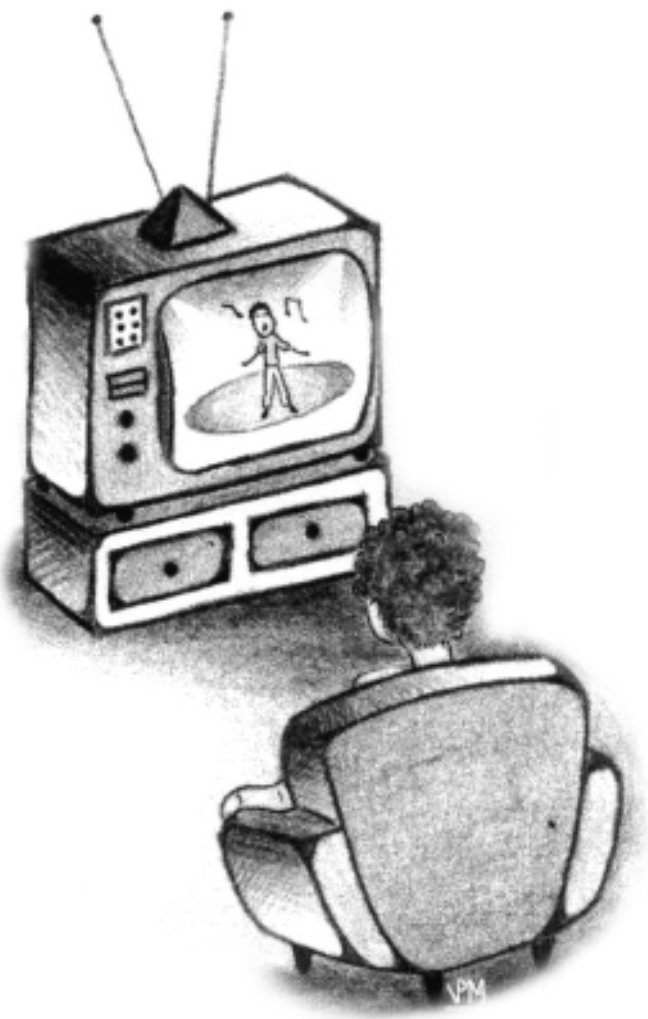
Retomando a nossa tese inicial, essas quatro grandes "crises" do capitalismo que engendraram os processos de homogeneização, nas décadas de 30, 50, 70 e 90, numa surpreendente regularidade de uma vintena de anos, em média, tornaram visíveis processos de reivindicação das diferenças culturais. Dito de outra maneira, as diferenças culturais aparecem como um "problema" quando movimentos de integração homogeneizadora procuram suprimi-las ou mantê-las sob controle, de forma a não colocar em risco

⁴ Ilustrativo dessa situação foram as reações portuguesas à presença de dentistas brasileiros no início dos anos 90 e outras situações de constrangimento por que passaram turistas brasileiros em viagem à Portugal, que melindraram as relações diplomáticas entre os dois países.

o seu projeto. Essa preocupação com as diferenças, transformando-as em um "problema", quando são marcas distintivas e necessárias da condição humana – não podendo ser, pois, epifenômenos –, parece cumprir a função de deslocar para outra instância de embate as contradições econômicas próprias do capitalismo. Nesse caso, supomos que a discussão sobre a verdadeira raiz do problema é abandonada, contentando-se em mascarar-la e em buscar medidas paliativas e reformadoras no campo cultural.

Essas "crises" universais⁵ manifestam-se de maneira singular. No Brasil, sem contar a imposição do universalismo europeu sobre índios e negros, durante o período colonial, a partir da década de 30, a política de modernização industrial, legitimada por um ideário nacionalista, imprimiu outra direção ao tratamento da diferença, que passou a ser objeto de reflexão a respeito da nossa constituição como povo e da formação de uma sociedade nacional. As preocupações dos governantes voltaram-se para o desaparecimento das diferenças culturais dos contingentes envolvidos. Foram dois os principais alvos dessa tentativa: o abasileiramento dos descendentes de imigrantes, principalmente italianos, alemães e japoneses, de maneira a que não constituíssem quistos culturais que ameaçassem o projeto da nação, e a destruição das tradições culturais africanas, que se contrapunham aos planos de construção de um Brasil branco, ocidental e cristão.

Na década de 50, como se sabe, um projeto financiado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) propiciou a realização de estudos sobre a situação racial em vários países, inclusive o Brasil. Já naquela oportunidade, os estudos no País apontavam para a existência de problemas entre brancos e negros e preocupavam-se em desmistificar a chamada "democracia racial brasileira" (Valente, 1996). Houve outros momentos em que a questão da diferença cultural ocupou a cena política e educacional do País, como nas discussões em torno da chamada "educação popular", a partir da década de 60, que envolveu os educadores por mais de 25 anos. Nos anos 70, num momento de efervescência política no Brasil, movimentos sociais passaram a ser organizados, inclusive aqueles portadores de signos de diferença, como o



movimento negro. Organizavam-se para reivindicar melhores condições de vida, de trabalho e um maior espaço de expressão, em resposta ao modelo econômico implantado pelos militares, caracterizado pela concentração de renda e por uma conjuntura política repressiva, com apoio internacional.

Atualmente, mais uma vez a questão da diferença emerge no conjunto das preocupações de intelectuais e pesquisadores brasileiros, em resposta a um clima de animosidade preocupante e sob a influência da produção acadêmica americana e européia. No início dos anos 90, começaram a ser organizados grupos na periferia das cidades, como a de São Paulo, que, inspirados pela ideologia neonazista, têm feito vítimas fatais entre os negros e os nordestinos (Valente, 1996). Nos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul), em particular na Argentina, os problemas sociais existentes estão acirrando a discriminação contra bolivianos, paraguaios e peruanos, levando à proposição de medidas para restringir a imigração (Gazir, 1998).

⁵ Universais porque, onde se realizam, as contradições do capitalismo evidenciam-se com maior clareza.

Racismo e xenofobia no plano nacional e regional parecem reafirmar a nossa tese, impondo a necessidade de uma reflexão atenta que propicie a compreensão histórica desse processo. Voltar os olhos para o passado, buscando avaliar as lições vividas no Brasil e no plano internacional, é exigência imprescindível para não cometermos os mesmos erros e equívocos. A começar pela crença de que a problemática sobre diversidade cultural é uma "novidade".

As "crises" e as "ondas longas" de Mandel

É de se imaginar que, em tempos de "pós-tudo", a busca pela regularidade seja considerada um procedimento anacrônico. Entretanto, sem qualquer intenção inicial de encontrar uma suposta regularidade, constatamos a sua existência a partir da análise de alguns dados históricos. De fato, essa regularidade constatada tem algo de arbitrário, como ocorre com qualquer tentativa de periodização histórica, mas sem a intenção de definir momentos fixos, estanques. Significa dizer que essa proposição não abandona a perspectiva de processo, do fluxo histórico que, contraditória e cumulativamente, pode informar momentos diferentes no tempo e no espaço. Assim, considerando o pressuposto de que movimentos de homogeneização da economia desencadeiam manifestações heterogêneas no campo cultural, vale indagar até que ponto a compreensão dos primeiros pode iluminar a discussão dos momentos em que as diferenças são ou passam a ser um problema. Ou, ainda, verificar o valor heurístico dessa reflexão.

A regularidade que reconhecemos nas emergências de "crises" do capitalismo, semelhante a movimentos cíclicos, nos remete à formulação de Mandel, para quem "o andamento cíclico do modo de produção capitalista ocasionado pela concorrência manifesta-se pela expansão e contração sucessivas da produção de mercadorias e, conseqüentemente, da produção de mais-valia". Na medida em que há discrepâncias entre a produção de mais-valia, sua realização e a acumulação de capital, "o fato de que tais discrepâncias não possam ser atribuídas ao acaso, mas derivem das leis internas do modo de produção capitalista, é a razão para a

inevitabilidade das oscilações conjunturais do capitalismo" (Mandel, 1985, p. 75).

Segundo Singer (1985, p. xiv), Mandel, ao montar o painel histórico do capitalismo, percebe períodos marcados por revoluções tecnológicas, com duração média de 50 anos, que coincidem com os chamados "ciclos de Kondratieff",⁶ conhecidos na literatura econômica: o primeiro, do século 18 até a crise de 1847; o segundo, de 1848 a 1893; o terceiro, de 1894 a 1939, e o quarto iniciado em 1940. Segundo Mandel (1985, p. 84),

cada um desses longos períodos pode ser subdividido em duas partes: uma fase inicial, em que a tecnologia passa efetivamente por uma revolução (...) caracterizada por uma taxa de lucros ampliada, *acumulação acelerada* (...). Essa fase inicial dá lugar a uma segunda, em que já ocorreu a transformação real da tecnologia produtiva (...) em conseqüência, essa fase se torna caracterizada por lucros em declínio, *acumulação gradativamente desacelerada*.

Segundo esse esquema, as fases de crescimento acelerado seriam: até 1823; de 1848 a 1873; 1894 a 1913; 1940 a 1945 e 1948 a 1966. As fases de crescimento desacelerado corresponderiam: de 1824 a 1847; 1874 a 1893; 1914 a 1939; a partir de 1967.

Para Mandel (1985, p. 85), essas "ondas longas" não se manifestam mecanicamente, mas resultam de flutuações cíclicas⁷ e "jamais como uma espécie de superposição metafísica dominando essas flutuações". E afirma que,

uma vez estabelecido que as curvas ascendente e descendente de uma "onda longa" são determinadas pelo entrecruzamento de fatores muito diversos, e que se enfatizou que essas "ondas longas" não possuem a mesma periodicidade embutida dos ciclos clássicos no modo de produção capitalista, não há razões para negar a sua íntima conexão ao mecanismo central, que por sua própria natureza constitui uma expressão sintética de todas as mudanças a que está permanentemente sujeito o capital: as flutuações na taxa de lucros (idem, ibidem, p. 90).

Mesmo apontando inúmeros limites e erros atribuídos à ortodoxia, Singer (1985, p. xvi) considera o enfoque de Mandel fundamentalmente correto, "ao combinar na mesma análise a evolução no plano

⁶ Economista russo que desenvolveu reflexão sobre os ciclos longos nos anos 20.

⁷ "Numa fase de expansão, os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e mais intensos, e mais curtas e mais superficiais as crises cíclicas de superprodução. Inversamente, nas fases da longa onda, em que prevalece uma tendência à estagnação, os períodos das crises cíclicas de superprodução serão mais longos e mais profundos" (Mandel, 1985, p. 85).

tecnológico, as transformações no plano econômico e os eventos no plano político", compondo uma visão mais abrangente do capitalismo, que supera as análises de caráter economicista. Considerando que mudanças nessa tríade implicam, necessariamente, transformações no plano cultural, uma primeira aproximação com a análise precedente permite-nos alinhar algumas reflexões sobre os momentos em que as diferenças são um problema.

O princípio metodológico de Mandel para a delimitação das "ondas longas" é iniciar cada período no ano após a crise que vem de terminar um "ciclo clássico", e terminar o período num ano de crise. Para ele,

como esses anos não são completamente idênticos em todos os países capitalistas, escolhemos os anos de crise do país capitalista mais importante, aquele que estabelece a tendência para o mercado mundial, isto é, a Grã-Bretanha até a Primeira Guerra Mundial e em seguida os Estados Unidos (Mandel, 1985, p. 85, nota 28).⁸

Ao apontarmos os anos 30, 50, 70 e 90 como décadas em que os processos de reivindicação da diferença cultural se tornaram visíveis, esse princípio metodológico de Mandel foi respeitado, tomando-se, entretanto, a experiência europeia como exemplar, na medida em que, como foi dito, foi lá que se estabeleceu primeiramente a tendência atual de organização capitalista em blocos econômicos.

Embora nessas décadas sejam engendrados movimentos de homogeneização econômica, estes não parecem guardar as mesmas características, em que pesem expressarem a agudização crescente das tendências gerais do capitalismo. Seguindo o esquema de Mandel, em torno dos anos 30 e 70 se iniciam ondas longas com tonalidade de estagnação, ao passo que nos anos 50 se inicia uma onda longa com tonalidade expansionista, assim como nos anos 90, avançando para um período não analisado pelo autor. No argumento de Mandel, a tecnologia ocupa um papel fundamental na passagem de uma onda longa à outra, com tonalidades diferentes.

Em linhas gerais, já foram apontados os aspectos que permitem a compreensão desses momentos na perspectiva das reivindicações das diferenças culturais. De fato, na década de 50, o avanço tecnológico

é surpreendente, mas não se deve menosprezar as variáveis sociais e políticas que podem facilitar a compreensão de quando as diferenças são um problema. Os anos 50, de *boom* econômico mundial, marcam o momento em que se coloca na pauta de discussão o tratamento que a diversidade cultural recebera no momento anterior. Politicamente era preciso romper com o passado da experiência nazista, combatendo o racismo. Restabelecida a capacidade produtiva, era possível promover o respeito à diversidade do mercado consumidor, como foi sugerido. No entanto, segundo Wallerstein (1990, p. 48),

se se quer maximizar a acumulação do capital, é preciso, simultaneamente, minimizar os custos de produção (e por consequência os custos da força de trabalho) e minimizar igualmente os custos dos problemas políticos (e por consequência minimizar – e não eliminar, porque isso é impossível – as reivindicações da força de trabalho). O racismo é a fórmula mágica favorecendo a realização de tais objetivos.

Operacionalmente, o racismo – na expressão de Balibar (1990, p. 33), "racismo sem raças", cujo tema dominante não é a herança biológica, mas a irredutibilidade das diferenças culturais – toma a forma de "etnicização" da força de trabalho, ou seja, permite a hierarquização de profissões e remunerações na sociedade. Desse modo, na década de 50, que num primeiro momento aparece como redentora das diferenças, logo se empreende um movimento de sua negação que desencadeia reações no campo político-cultural, sem que essas diferenças deixem de ser manipuladas em proveito da indústria cultural. Os acontecimentos que marcaram os anos 60 resultam desse momento de gestação, estendendo-se até a década de 70.

Nas décadas de 30 e 70, de estagnação, cujos fatos emblemáticos foram a guerra e os preços do petróleo, quando os riscos de desemprego eram evidentes, devido ao retrocesso na produção material, parece mais fácil compreender porque, tendencialmente, os portadores de signos diferenciais foram os primeiros a perder posições no mercado de trabalho. Já na década de 90, iniciada como um momento de expansão do capital e justificada pelo ideário neoliberal, a análise torna-se mais complexa e delicada, inclusive porque se trata de um processo em andamento.

⁸ Na verdade, o autor segue o preceito enunciado no prefácio da 1ª edição de *O capital*, quando Marx justifica o estudo do modo de produção capitalista na Inglaterra, por ser o seu campo clássico, na medida em que, sendo consideradas as tendências que operam e se impõem na produção capitalista, "o país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido" (Marx, 1980, p. 5).

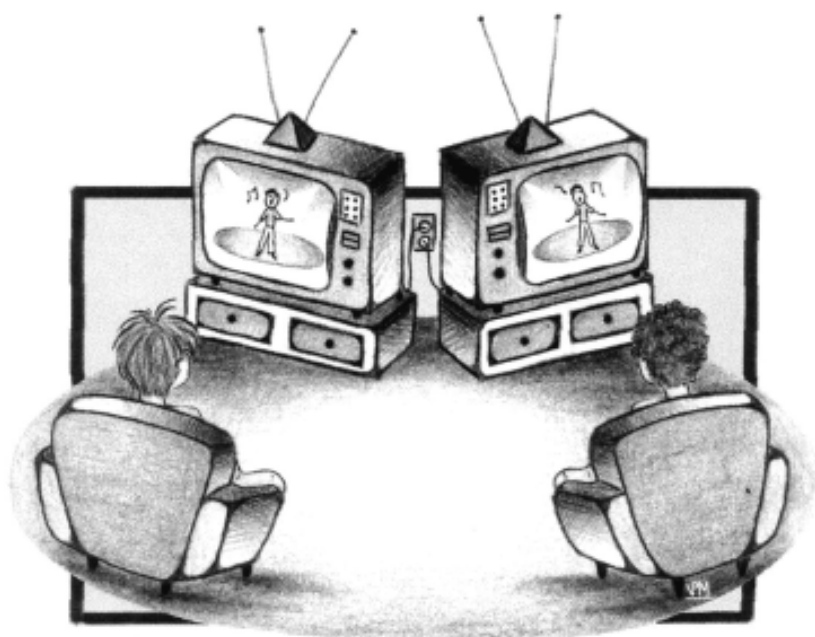
Na década de 90, é possível verificar um incremento tecnológico, que caracterizaria uma onda longa de tonalidade expansionista, não apenas implicando a mudança dos processos de produção existentes, mas também a criação de novos bens e serviços de consumo, propiciando o surgimento de novos ramos de produção, como aliás ocorre em outras revoluções tecnológicas. Dentre os aspectos que caracterizariam o capitalismo contemporâneo, a terceirização tornou-se estrutural, com a fragmentação e a dispersão de todas as esferas da produção. Fundamentalmente resultante do desenvolvimento das forças produtivas, que autonomiza e multiplica atividades de intermediação, a terceirização também diversifica o consumo, expandindo o de serviços. Se, a princípio, os avanços tecnológicos tendem a liberar a mão-de-obra, podendo comprometer a produção capitalista, uma vez que não havendo trabalho vivo não há produção de mais-valia, como afirma Singer (1985, p. xxxii):

Com o grande aumento do exército industrial de reserva cresceu a disponibilidade de força de trabalho, permitindo o ressurgimento de formas arcaicas de exploração, tais como empresas familiares e trabalho em domicílio. Essas formas muitas vezes são estimuladas por capitais monopólicos, que demitem operários para subcontratar seus serviços como fornecedores externos. Como resultado, cai o nível de remuneração dos trabalhadores e

se recupera a taxa de mais-valia e, mais ainda, graças à menor composição orgânica do capital dos "novos setores", a taxa de lucro.

O que dizer a respeito dos movimentos de reivindicação de diferenças culturais da década de 90, sobre os quais se tem uma fundamentação empírica que não corresponde a uma análise mais cuidadosa? De alguma maneira esses movimentos parecem retomar as tendências percebidas na década de 50: de um lado, resgatam sua legitimidade diante do momento anterior, na década de 70, quando a diferença é tomada como bode expiatório da difícil situação econômica; de outro, cria-se a expectativa de que, num momento subsequente, esses movimentos passem a ser negados e manipulados pela lógica capitalista.

Se as flutuações na taxa de lucros constituem o mecanismo central de todas as mudanças a que está sujeito o capital, respondemos parcialmente à pergunta enunciada no título desse texto. Contudo, evitando-se o viés economicista, bem como o "desencantamento" da discussão sobre as diferenças, outros aspectos sociais, culturais e políticos devem, necessariamente, mediar essa reflexão. No momento atual, como questões implícitas naquele mecanismo, ainda é preciso explorar a tese da etnicização da força de trabalho e, sobretudo, a centralidade ou não da categoria trabalho – temas a serem discutidos em outra oportunidade.



Referências bibliográficas

- BALIBAR, Etienne. Y a-t-il un "néo-racisme"? In: BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. M. (Dir.). *Race, nation, classe: les identités ambiguës*. Paris: La Découverte, 1990. p. 27-41.
- BASTENIER, A.; DASSETO, F. *Immigration et espace public: la controverse de l'intégration*. Paris: Ciemi/L' Harmattan, 1993.
- COSTA, Márcia Regina da. *Os "carecas do subúrbio": caminhos de um nomadismo moderno*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- GAZIR, Augusto. Argentina estuda limitar a imigração. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 out. 1998. Mundo. p. 15.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha B. Gonçalves e. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. (Coleção Trajetória).
- HADDAD, F. (Org.) *Desorganizando o consenso: nove entrevistas com intelectuais à esquerda*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- LACLAU, Ernesto. *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Tradução de João Maia e Lúcia Klein. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MANDEL, Ernest. *Capitalismo tardio*. Apresentação de Paul Singer. Tradução de Carlos Eduardo S. Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de A. Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).
- MARX, Karl. *O capital*. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. Livro I, v. I.
- SINGER, Paul. Apresentação. In: MANDEL, Ernest. *Capitalismo tardio*. Apresentação de Paul Singer. Tradução de Carlos Eduardo S. Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de A. Azevedo. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas). p. vii-xxxiii.
- VALENTE, A. L. E. F. *Ser negro no Brasil, hoje*. 15. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- _____. Para além do multiculturalismo: a educação intercultural na Europa. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 191, p. 7-18, jan./abr. 1998.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Universalisme, racisme, sexisme: les tensions idéologiques du capitalisme. In: BALIBAR, E.; WALLERSTEIN, I. M. (Dir.). *Race, nation, classe: les identités ambiguës*. Paris: La Découverte, 1990. p. 42-53.

Recebido em 7 de março de 2001.

Ana Lúcia Eduardo Farah Valente, doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado na Université Catholique de Louvain, Bélgica, é professora adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), atuando no curso de graduação em Ciências Sociais e no Programa de Mestrado em Educação.

Abstract

We intend to study at which moment the term difference appears as a "problem", starting from the thesis that this subject seems to assume a prominent position on strategies of resistance in the occurrence of homogenized economical processes of capitalism. From analysis of some specific historical facts we verified that four great "crisis", at the 30's, 50's, 70's and 90's, made visible revindicating movement of cultural differences. Its problematic coincides with the emergency for homogenized integration proposals, trying to suppress or to maintain those differences under control, in order to not take in risk its project. The regularity recognized in the emergencies of those "crises" agrees with Mandel's formulation about "long waves", which are inevitable and of recurrent character, because they derive of internal laws in the way of capitalistic production.

Keywords: differences; homogeneized economical process; capitalism.
